



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640278 - SC (2021/0014376-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ROGERIO RISTOW E OUTRO
ADVOGADOS : ROGÉRIO RISTOW - SC013196
DANIEL FARIA ISFER DE LIMA - SC050858
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLEBERSON TIMOTIO VOELZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEBERSON TIMOTIO VOELZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5034796-88.2020.8.24.0000/SC).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, previsto no art. 33, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o risco à ordem pública utilizado para fundamentar a manutenção da prisão do paciente não estaria presente, pois esse teria residência fixa e trabalharia na mesma empresa há mais de 4 (quatro) anos.

Acrescenta que o paciente seria apenas usuário de drogas, não fazendo do tráfico o seu meio de vida.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja *"determinado a imediata soltura de CLEBERSON TIMOTIO VOELZ, para que possa cumprir sua pena na forma de PRISÃO DOMICILIAR"*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para restabelecer a liberdade do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fl. 18):

"Segundo discorreu a autoridade apontada como coatora, "as circunstâncias do caso concreto indicam que não há dúvidas de que em liberdade o indiciado teria plenas condições e estímulos para reincidir na prática do crime de tráfico de droga. De fato, a quantidade de maconha apreendida e a informação do comércio também de cocaína (que teria gerado um "lucro" de R\$ 10.000,00 recentemente), além da visualização de negociações de compra e venda de drogas no celular do indiciado e da admissão de que

comercializa drogas desde que tinha 16 anos indicam a habitualidade da conduta e que não se trata de atividade ocasional, afastando inclusive a aplicação do § 4º do art. 33".

O magistrado singular acrescentou inexistir "dúvidas de que a segregação cautelar é necessária para a garantia da ordem pública, diante da possibilidade concreta de reiteração delitiva, em função de que o indiciado tem o crime como meio de vida, praticando-se de forma contínua e habitual há mais de sete anos, além de sua ligação próxima com o crime organizado (PGC), conforme por ele mesmo indicado no momento da prisão" (Evento 14 dos autos n. 5004140-70.2020.8.24.0026).

Com efeito, as circunstâncias da prática do delito - comércio envolvendo quantidade significativa de droga de natureza diversa e a afirmação do próprio paciente de que pratica a conduta há tempo e está ligado ao PGC - é evidência de risco à ordem pública, em razão do indicativo de reiteração delitiva, como indicou o juiz de primeiro grau."

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência